CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006/2020

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, realizada no dia 19 de maio de 2020, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados e o Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire. Iniciando a assembleia em segunda chamada as 14h10, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja um bom dia a todos e inicia sua fala explicando os motivos da mesma estar ocorrendo de forma virtual, tendo em vista a pandemia vivenciada ocorrida pelo COVID-19 e a efetivação do exercício do Controle Social, com a garantia da participação dos usuários nestes espaços, mesmo de forma virtual. Dando sequência, Sr. Rodrigo pede que a Secretaria Executiva faça a chamada nominal dos conselheiros para registro de presença e passa-se a pauta do dia. **1. Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05 de maio de 2020:** Sr. Rodrigo informa que a ata foi disponibilizada a todos os conselheiros via e-mail e pergunta se há necessidade de leitura. Não havendo manifestação a mesma é colocada em votação e aprovada. Passa-se para o próximo item de pauta. **2. Apreciação e Deliberação sobre o processo de revalidação da inscrição de ofertas das Organizações Sociais: Educandário Anália Franco; Vidas Recicladas; Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol e Lar das Moças Cegas:** Sr. Rodrigo fala sobre a Resolução Normativa do CMAS que suspendeu o prazo de entrega de documentação para revalidação e inscrição das ofertas das Organizações Sociais, em decorrência da pandemia. Na sequência, seguindo orientações do CNAS, explica que o CMAS emitiu nova Resolução Normativa estipulando o prazo de 30 de setembro, conforme diretriz nacional, para as Organizações Sociais entregaram as documentações. Informa ainda que estas Organizações aqui em pauta, tiveram seus processos analisados antes do início da pandemia, tanto com parecer da secretaria executiva quanto da comissão de política. Pede assim, ao Sr. Leandro que faça uma breve explanação sobre as ofertas. Sr. Leandro explica que o Educandário Anália Franco, apresenta a oferta do serviço de acolhimento institucional – modalidade abrigo para crianças e adolescentes. Oferta essa já bastante conhecida e por se tratar de serviço tipificado e de ação continuada, a comissão avaliou que não se fazia necessária a visita institucional, encaminhando assim para a deliberação da assembleia. A Organização Social Vidas Recicladas, apresenta a oferta do serviço de acolhimento institucional – modalidade abrigo para mulheres em situação de rua. Oferta essa já bastante conhecida e por se tratar de serviço tipificado e de ação continuada, a comissão avaliou que não se fazia necessária a visita institucional, encaminhando assim para a deliberação da assembleia. O Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol, apresenta a oferta de serviço de acolhimento institucional – modalidade abrigo – Instituição de Longa Permanência para Idosos. Oferta essa já bastante conhecida e por se tratar de serviço tipificado e de ação continuada, a comissão avaliou que não se fazia necessária a visita institucional, encaminhando assim para a deliberação da assembleia. O Lar das Moças Cegas, apresenta a oferta de 02 Programas e 01 Projeto: Programa de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência;

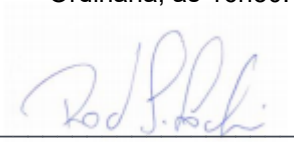
Programa Visão Eficiente (Acesso ao Mundo do Trabalho) e Projeto Família Fortalecida no âmbito da Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência. Tendo em vista que o conselho realizou visita a instituição no final de 2019, a comissão avaliou que não se fazia necessária nova visita a Organização Social, encaminhando assim para a deliberação da assembleia. Sr. Rodrigo passa a palavra para caso algum representante das Organizações Sociais queiram se apresentem. Sra. Joana, representando o Educandário Anália Franco relata um pouco da vivência da Organização Social nestes tempos de pandemia e que vem se organizando para respeitar todas as diretrizes dos órgãos de saúde. Sra. Marizilda, representando a Vidas Recicladas e também faz breve relato sobre a atual realidade do serviço. Não havendo mais dúvidas ou questionamentos todas as revalidações foram aprovadas. Passando-se assim para o próximo item de pauta. **3. Apreciação e Deliberação do processo de inscrição de ofertas das Organizações Sociais: APASEM; ASPPE; ISBET e Vidas Recicladas – Casa de Passagem:** Sr. Rodrigo pede que Sr. Leandro faça os devidos esclarecimentos. Sr. Leandro informa que a Organização Social APASEM apresenta a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – ciclo etário para idosos, vinculados ao CRAS RCH/AC. Informa que a Organização Social, conforme orientação do CMAS já fez a articulação com o Órgão Gestor com relação ao público atendido. A documentação foi analisada pelo Secretário Executivo com parecer favorável. A comissão de política realizou visita institucional, representada pelas conselheiras Rayssa e Bárbara que também emitiram parecer favorável, com encaminhamento para deliberação em assembleia. A Organização Social ASPPE apresenta a oferta do Programa de Qualificação a Jovens, no âmbito da Resolução Normativa de Acesso ao Mundo do Trabalho. A comissão de política realizou visita institucional, representada pela conselheira Daniele que emitiu parecer favorável e encaminhamento para deliberação na assembleia. A Organização Social ISBET apresenta a oferta do Programa de Qualificação a Jovens, no âmbito da Resolução Normativa de Acesso ao Mundo do Trabalho. A documentação foi analisada pelo Secretário Executivo com parecer favorável. A comissão de política realizou visita institucional, representada pela conselheira Rayssa e pelo conselheiro Rodrigo, que emitiram parecer favorável e encaminhamento para a deliberação em assembleia. Por fim a Organização Social Vidas Recicladas apresenta oferta de serviço de acolhimento institucional – modalidade Casa de Passagem, cujo plano de trabalho foi apresentado na comissão de política pelo órgão gestor, tendo em vista a parceria que está sendo firmada. A comissão solicitou o envio deste ao conselho com maior brevidade para registro da solicitação de inscrição e deliberação em assembleia. A documentação foi analisada pelo secretário executivo com parecer favorável e encaminhado por e-mail aos conselheiros da comissão para ciência. Diante do momento em que vivenciamos de pandemia a comissão de política não realizou visita institucional, mas foi sugerido que o GT – POP Rua faça visita, enquanto espaço que está discutindo ações afetas a população em situação de rua no município. Sr. Rodrigo abre a palavra para os representantes das Organizações Sociais apresentarem as ofertas. Sra. Adriana e Sra. Viviane apresentam a oferta da APASEM, explicando sobre o serviço e da articulação com a SEDS para a garantia de oferta ao público da Assistência Social. Não há questionamentos por parte dos conselheiros. Sra. Raquel apresenta a oferta da ASPPE, explicando sobre o serviço e informa que no momento estão vivenciando grandes desafios devido a pandemia, mas estão buscando alternativas. Sra. Marilda questiona como serão os encaminhamentos? E Sra. Aurora questiona se há prioridades para jovens inseridos em Medidas Socioeducativas? Sra. Raquel explica que como Entidade Qualificadora

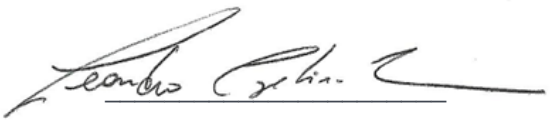
participa do CM-PETI e planejam um trabalho de aproximação para traçar esses encaminhamentos de forma prioritária. A faixa etária do programa é de 18 a 24 anos de idade e o período de qualificação é de 15 meses. Lembra que as vagas não são estáticas e que a todo momento fazem a prospecção destas, explicando sobre a cota que as empresas devem cumprir, mas no momento sofrem reflexos da pandemia. Sr. Marcelo explana sobre a oferta da ISBET, apontando que no momento estão com 25 jovens em qualificação a distância, devido a pandemia. Relata que também houve queda nas parcerias com as empresas neste período. Sra. Marilda questiona quantos jovens há no momento? Sr. Marcelo ratifica que são 25 em curso e 13 com contrato suspensos por 60 dias. Aponta que em 2020 tiveram 648 solicitações de inscrições só em Santos, mas que em âmbito nacional a ISBET mantem 8 mil jovens em qualificação. Sra. Marizilda apresenta a proposta da oferta da Vidas Recicladas, explicando sobre o serviço, que a princípio tem uma parceria firmada com a SEDS por 180 dias. Pede que a Sra. Priscila explique mais sobre a execução. Esta passa a informar que por deliberação do órgão gestor, que é o gestor das vagas, foi definido apenas o público masculino para ser encaminhado para a Casa de Passagem e na abertura do serviço neste domingo já haviam 12 usuários que migraram do abrigo de emergência. Sra. Marilda questiona sobre a mudança do público alvo feito pela SEDS, que não condiz que o plano de ação apresentado, que aponta que é para ambos os sexos? Questiona se isso não configuraria uma nova análise do plano? Sra. Priscila informa que houve uma análise do gestor deu que a prioridade é para ser o público masculino, que isso não muda o plano de ação da Organização Social e que acredita que isso não seja um impeditivo. Sr. Rodrigo informa que o plano de trabalho apresentado para o conselho, tem seu público alvo e objeto e que sim prevê o serviço para ambos os sexos. Contudo entende que o que está sendo discutido é uma questão de fluxo de competência do órgão gestor. Sra. Priscila reafirma que o gestor das vagas é a SEDS e não a Organização Social. Sra. Fernanda questiona se o plano de ação apresentado é o que vai ser implantado e se a SEDS tem o fluxo? Sra. Priscila reafirma que o plano de ação da Organização Social não foi mudado, mas mais uma vez afirma que a gestão das vagas é da SEDS. Sr. Rodrigo questiona se há falta de vagas em acolhimento para o público feminino? Sra. Marilda informa que sim, por haver restrições no acolhimento do Albergue Noturno, e quando é necessário a usuária tem que ir direto para o SEABRIGO-AIF, furando o fluxo de primeiro passar por uma casa de passagem. Sra. Marilda questiona quantos quartos de isolamento estão disponíveis? Sra. Priscila informa que há 1 (hum) quanto de isolamento disponível. Sr. Rodrigo lembra que estamos discutindo a inscrição de oferta de serviço e não fluxo de trabalho. Sra. Marilda aponta que gostaria de falar que enquanto GT-Pop Rua não houve visita ao espaço destinado ao acolhimento da Organização Social e esse GT deve fazer. A gestão está fazendo um acolhimento de segregação do público masculino, contrariando a proposta do plano de ação apresentado. Sra. Aurora lembra que Casa de Passagem tem características de trabalho a ser seguida e devemos aprovar a proposta como foi apresentada. Pensar em procedimentos de acordo com as diretrizes e que sim o GT faça a visita. Sr. Leandro, enquanto técnico do conselho esclarece aos conselheiros que cabe ao CMAS apreciar e deliberar a oferta de inscrição com base na Política de Assistência Social, que as decisões devem ser imparciais e sem posicionamentos particularizados. Deve-se ter o mesmo parâmetro para todas as solicitações. O fluxo de trabalho compete ao órgão gestor, como responsável pela execução da Política de Assistência Social instituir. Lembra que o GT-Pop Rua fez uma série de recomendações a SEDS e seria papel deste grupo fazer o acompanhamento dessas recomendações e discutir a Política de

Atenção à Pessoa em Situação de Rua e verificar se o direito destes estão sendo efetivados. A discussão de fluxo não condiz com a solicitação de inscrição de oferta no CMAS, ratificando que a análise é se a proposta está de acordo com a Política de Assistência Social. Sra. Marilda retoma reafirmando que a prática está diferente da inscrição. Sendo assim, deve ficar claro que o CMAS tem conhecimento de um plano de ação que deveria atender ambos os sexos. Não havendo mais questionamentos Sr. Rodrigo coloca em deliberação as inscrições das ofertas e todas são aprovadas. Sra. Aurora faz apenas a ressalva quanto a aprovação do público para ambos os sexos no oferta da Organização Social Vidas Recicladas. Passa-se para o próximo item de pauta. **4. Relata dos trabalhadores que participaram da reunião conjunta SEDS – SMS com temática afeta a População em Situação de Rua:** Sr. Rodrigo explica sobre a realização desta reunião e passa a palavra para a Sra. Juliana – Gestora do Programa Novo Olhar. Sra. Juliana informa que participou da reunião, assim como representantes de cada serviço de atendimento à população em situação de rua, assim como houve a participação do Sr. Rodrigo representando o CMAS. Informa que na reunião estabeleceu-se cronograma e participaram os serviços da Saúde Mental e da Atenção Básica, com objetivo de discutir dúvidas entre os serviços. Ficou previsto que a Saúde enviasse material elaborado pela Atenção Básica, com base nos questionamentos feitos pela SEDS. A ideia é a elaboração de uma cartilha com todas as informações para ser compartilhada. Ainda recebemos mais dúvidas que foram remetidas a Saúde para serem sanadas. Iremos iniciar tratativas com a Secretaria de Comunicação – SECOR para trabalhar essa divulgação. Sr. Rodrigo abre a palavra aos demais participantes que estiveram presente na reunião para se colocarem. Sra. Aurora lembra que que além da articulação do Programa Novo Olhar, ficou-se de rever a Ordem de Serviço da SEDS, questiona quem poderia passar como ficou essa situação? Sr. Rodrigo lembra que isso foi discutido no conselho e recebemos a informação de que estava sendo discutido com a coordenação. Sra. Aurora lembra que temos aqui na reunião representantes da Saúde e da SEDS, mas não sabemos o protocolo efetivo, qual o fluxo a partir de agora? Como ficou? Na prática como está acontecendo de fato? Sra. Marilda informa que faz parte do serviço de abordagem social, mas não foi representante na comissão de trabalhadores e sugere que a Sra. Fernanda – Centro Pop pudesse relatar. Sra. Fernanda faz algumas colocações e esclarecimentos, apontando que foram duas reuniões realizadas com a Saúde, mas que só houve a participação de 01 (hum) trabalhador por serviço, pois a gestão entendeu que seria mais dinâmico. Ficou acordado que as pessoas encaminhadas aos acolhimentos pelo Centro-POP, passariam pela UBS, para aferição de temperatura e emitido atestado de saúde. Casos com sintomas e testados positivo, os serviços da SEDS devem ofertar o isolamento. Não restando mais dúvidas, passa-se para o próximo item de pauta. **5. Apreciação e Deliberação do Plano de Contingência no âmbito da Assistência Social:** Sr. Rodrigo passa a fazer o relato do Plano elaborado pela SEDS, com as ações já realizadas, assim como sobre os Termos de Aceites firmados pelo município no âmbito da Assistência Social. Faz um resgate histórico, desde o início da pandemia, lembrando da Resolução do CONDESB de 16 de março que instituiu o comitê metropolitano para deliberações de ações coletivas. Relembra o Decreto Municipal de 22 de março e demais recomendações dos Órgãos de Saúde, as Portarias do Ministério da Cidadania e as Ordens de Serviço da SEDS. Aponta sobre a continuidade das ações administrativas da secretaria no tocante à parte financeira e da COGESUAS. Lembra da abertura do Centro-POP nos finais de semana, ampliando seu horário de funcionamento, assim como o aumento de refeições dos restaurantes Bom

Prato do município. Aponta que os serviços de abordagem social, assim como os serviços de acolhimento tiveram sua continuidade garantida, por serem serviços essenciais. Menciona a Portaria n.º 54 do Ministério da Cidadania, como principal elemento para funcionamento dos serviços nos municípios. Lembra que foram garantidas formas alternativas de comunicação dos usuários com os serviços e garantia de pontos focais para acesso das famílias ao PAIF e PAEFI que também continuaram suas ações por meio remoto. Aponta a deliberação da aplicação dos recursos do IGD-M aprovados na comissão da ICS-PBF, para implantar ações de atendimento remoto, como aquisição de celulares, tablete e acesso à internet. Relembra que houve a suspensão pelo Governo Federal das atualizações cadastrais, assim como a implantação do Auxílio Emergencial e a utilização do CADUNICO como meio de linha de corte. No âmbito Estadual houve adesão do município ao Termo de Aceite para liberação de cerca de 8 mil cestas básicas para famílias na linha da extrema pobreza, também utilizando-se o CADUNICO como referência. No âmbito municipal foi instituído o "cartão alimentação" fornecido pela SEDUC, que passou a ser distribuído na data de hoje as famílias. Com relação aos Termos de Aceite, para repasse de recursos, há dois em aberto: Do Governo Federal, já aprovado por este conselho, que irá destinar recursos para obtenção de EPI, alimentação e custeio de vagas em acolhimento. E do Governo Estadual, também já aprovado por este conselho, que fará repasse de recursos a Organizações Sociais que atendem em regime de acolhimento de idosos, com o intuito de suprirem algumas necessidades neste período de pandemia. Aponta que o relata trata-se de um resumo das ações e que será remetido ao CMAS o documento elaborado. Sra. Aurora acrescenta que a Diretoria Executiva discutiu os Termos de Aceite e foi priorizado que fosse trazido para a assembleia e entende que é de suma importância o Termo que refere-se ao repasse de recursos as ILPI e questiona se já houve alguma devolutiva ao CMAS sobre o andamento do mesmo? Sr. Rodrigo informa que a SEDS já encaminhou a solicitação a DRADS, mas que ainda não houve devolutiva. Quanto as cestas básicas o critério estabelecido pelo Estado é o CADUNICO, como dito, então acredita que poderá haver sobreposição de entregas. Justifica isso, o fato do município ao assinar o Termo se compromete a entregar a cesta a família cujo nome está na lista. Sra. Aurora questiona se há um plano de atendimento no âmbito da Política de Assistência Social, ou ficou-se só na questão de entregas de cestas básicas? Sr. Rodrigo aponta que é possível verificar pelos registros de atendimento realizados pelos serviços, que houve um acréscimo no número de atendidos se comparado ao mesmo período no ano passado. Houve ampliação de oferta. Sra. Aurora lembra que uma questão a ser refletida é o cuidado que temos que ter com os trabalhadores que estão atendendo na ponta também. Sra. Magali coloca que pode apresentar ao CMAS pela Proteção Social Básica o desenvolvimento do trabalho dos serviços. Sra. Aurora aponta que não foi apresentado um Plano de Contingência no âmbito da Assistência Social, como colocado também pela Sra. Barbara e sim um plano em relação aos Termos de Aceite para liberação de recursos financeiros. Fica pendente a apresentação do Plano da Assistência Social. Sra. Magali esclarece quando colocou sobre a prestação de serviço, é algo diferente de Plano de Contingência e/ou utilização de recursos, trata-se das ações realizadas. Sem mais questionamentos, passe-se ao próximo item de pauta. **6. Apreciação de Deliberação do Relatório de Prestação de Contas do 1º Trimestre - 2020 do FMAS:** Sra. Marilda faz o relato da reunião da comissão de finanças e as considerações dos conselheiros. Sra. Tassia faz breve relato sobre o relatório da prestação de contas. Lembra que estão cumprindo o cronograma estabelecido com o CMAS. O relatório apresenta a prestação de contas das Fontes

Federal e Municipal, uma vez que o Estadual acaba repassando ao município apenas em meados de março. Questiona se há alguma dúvida do que foi apresentado? Sr. Rodrigo coloca em deliberação e aprovação pela plenária, o que foi aprovado. Passa-se ao próximo item de pauta. **7. Informes do CMAS:** Sr. Leandro informa que todos os assuntos discutidos referem-se as discussões das comissões, sendo assim, não há mais relatos a serem feitos. **8. Informes do Gestor:** Assuntos também já tratados durante a assembleia. **9. Assuntos Gerais:** Sra. Aurora sugere que seja agendada uma AGE para discussão do Plano de Contingência da Assistência Social. Sr. Leandro sugere que o mesmo seja remetido para a comissão de política primeiro, respeitando-se o fluxo, conforme discutido na última AGE. Sra. Marilda sugere a realização de reunião do GT-Pop Rua. Sr. Rodrigo sugere que a comissão de legislação e acompanhamento de deliberações de conferência passe a acompanhar as recomendações do GT, não se fazendo assim, necessário a continuidade deste grupo. Sra. Marilda não concorda, pois há uma demanda para criação do Comitê Municipal de População de Rua e acredita que o GT deve permanecer, sugestão que é corroborada pela Sra. Aurora, pois está sendo construído um processo junto com os usuários. Sugerem como data o dia 04 de junho para a reunião. Sr. Leandro explica sobre o papel de comissões e de grupos de trabalho. Que este último deve ter tempo de duração, sendo assim, sugere que na reunião possam caminhar para possíveis encaminhamentos deste GT. Todos concordam com o agendamento da reunião para a data sugerida. Não tendo mais assuntos a tratar, Sr. Rodrigo declara finalizada a Assembleia Geral Ordinária, às 16h50. Eu, Leandro Lapetina Freire lavrei a presente ata.





Rodrigo Salvador Lachi	Leandro Lapetina Freire
Presidente	Secretário Executivo – CMAS